

## **O Kairós na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela**

Pedro Pereira Leite – Centro de Estudos Sociais.UC<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A análise do fenómeno da escravatura é um elemento estruturante da obra científica de José Capela. Pioneiro desta análise na historiografia contemporânea em Portugal, Capela legou-nos um trabalho meticoloso de inventariação de fontes que desvelou a sua dimensão no fenómeno na formação colonial portuguesa moderna. A análise dos movimentos de cargas nos portos da costa de Moçambique, constitui-se como o lugar de observação que lhe permitiu entender a instalação dum negócio tentacular, de relações locais e transafricanas.

Aa escrita da história de José Capela revela igualmente uma dimensão ética sobre o fenómeno. A análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela permite entender a sua compreensão deste fenómeno histórico também como uma forma de consciência do presente. Uma consciência do tempo kairótico.

Argumentamos neste artigo que a experiencia de vida de José Capela em Moçambique, a sua proximidade a duas cosmovisões, europeias e moçambicana, lhe permitiu ultrapassar as limitações da descrição cronológica e entender, nas brechas das memórias a densidade da atualidade do fenómeno da escravidão. Defendemos que a consciência da história da escravatura foi, para José Capela, um projeto de vida e uma proposta de libertação.

**Palavras-Chave:** Tráfico de Escravos, Consciência história, Tempo Kairótico

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no COLÓQUIO INTERNACIONAL “José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto” 29-30 de Maio – 2017, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.  
DOI: 10.13140/RG.2.2.18209.81764

## O Kairós na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela

“A invocação idílica da Ilha paradisíaca e o apelo à memória do centro do encontro de culturas gerador de correntes de afetividade só terão sentido após o exorcismo de mal entendidos históricos que continuam a confundir-nos. O que jamais tendo sido tentado, se ilude com toda a desfaçatez” (CAPELA, 2002)

Esta comunicação que aqui hoje apresentamos é um tributo ao historiador Artur Soares Martins, que conheci nos idos dos anos de setenta, com o nome de José Capela. Assumo esse tributo, na forma autobiográfica, com a consciência de que se trata dum vulto de grande significado na historiografia portuguesa e moçambicana pelo seu contributo sobre o conhecimento do nosso passado comum. Um passado comum, controverso e polémico pelas relações coloniais que se criaram, no qual José Capela intervém enfrentando-o, primeiro e depois da independência, procurando reconhecer essa natureza seminal, como forma de o ultrapassar.

Entre as várias dimensões da obra de José Capela, que ao longo dos últimos 30 anos fui encontrando, o fenómeno da escravatura foi aquele onde mais bebi no seu trabalho. Já lá iremos! Será todavia injusto não começar por referenciar aqui a sua obra *“Moçambique pelo seu Povo”*, publicada em 1974, que me lembro de ter encontrado no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral em Lisboa<sup>2</sup> numa data que não posso precisar, mas que se situará certamente em meados dos anos oitenta, altura em que me dedico às questões da Educação para o Desenvolvimento.

Quando inicialmente li *“Moçambique pelo seu Povo”*, não me apercebi de imediato do profundo gesto de inovação metodológica que José Capela tinha feito, e que lhe permitiu aceder ao Kairós do espaço e tempo da terra e das gentes de Moçambique. É certo que Capela teve uma formação em teologia. A sua ida para Moçambique e a sua atuação como jornalista, não poderia esquecer a dimensão do ser humano e da sua autonomia pessoal e interação com os outros. É sabido que o seu tio, D. Sebastião Soares de Rezende, que o havia chamado para a Beira, foi um dos prelados que participou no concílio do Vaticano II, que defendeu uma aproximação aos mais pobres e a ação ecuménica<sup>3</sup>. Não sabemos quais as razões pessoais que motivaram Capela a procurar entender as comunidades locais, a sua história e o sentido das suas vidas. Mas foi isso que Capela fez nos seus livros, realçando, e aí a sua inovação, a natureza injusta da relação de dominação colonial e a perceção do seu fim.

---

<sup>2</sup>

<https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/historial/>

<sup>3</sup> Ficou célebre em Moçambique a polémica que grassou entre as gentes da Beira, quando D. Sebastião de Rezende após o seu regresso de Roma defendeu, em homilia o ecumenismo na Igreja católica, palavra que na ignorância da época foi confundida com “comunismo”.

Embora subjetiva, porque por mim pensada, a generosa contribuição de José Capela para a minha compreensão da história de Moçambique só mais tarde a entendi. Estava em trabalho de campo, na foz do Save em Quelimane e conversava com o grupo de artistas que intervinham num sarau no centro cultural. Compreendi então que as controvérsias da relação colonial estão todas presentes na nossa história comum. Mas é com essa memória que estamos a construir o nosso presente. É um presente com memórias tensas, com esquecimentos e culpas controversos mas, por isso mesmo, é no seu reconhecimento que nos é permitido superar os seus limites criar novas ações. É nessa liberdade de escolha que a consciência pode desempenhar um papel emancipador.

### **José Capela e a História**

Regressemos então ao Fenómeno da escravatura em José Capela. Como afirmamos a sua obra foi a minha porta de acesso a esta problemática. Aconteceu no início da década de oitenta, na Faculdade de Letras de Lisboa, quando no terceiro ano, na disciplina de opção, escolhi "História de África". Uma cadeira que era então lecionada por Isabel Castro Henriques<sup>4</sup> numa disciplina pioneira em Portugal. Estamos então numa época em que a Historiografia portuguesa consolidava a sua renovação para os campos da *Nova História*, acolhendo novas problemáticas, novos objetos, novas metodologias e a História de África assumia-se como uma dessas novas formas de fazer história.

A Faculdade de Letras de Lisboa atravessava na época fortes tensões no seio do seu corpo docente em resultado dos efeitos da revolução de Abril. Na sequência da democratização das universidades, em 1974, os lentes alinhados ao regime fascista foram saneados, tendo sido necessário, nos anos de 1976 e 1977, acolher novos professores. É nessa renovação do corpo docente, que Isabel Castro Henriques, regressada de Paris, entra na Faculdade de Letras, tendo na altura proposto a Cadeira de História de África à comissão de recrutamento, na altura formada com o contributo da associação de estudantes. Com o passar dos anos, a normalização "democrática" fez regressar os "velhos" professores e as relações de força no conselho científico altera-se. A tensão atinge o seu auge nos inícios dos anos oitenta. Para simplificar, a disciplina "História de África" que me tinha cativado, tornou-se em nesse ano em "História da Expansão Portuguesa em África", nome contra o qual os alunos se bateram, pela sua formulação neocolonial, sem sucesso.

---

<sup>4</sup> Isabel Castro Henriques: Professora Emérita da Faculdade de Letras. Doutorada em História de África pela Universidade de Paris. <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/pt/menucesa/equipa-de-investigacao/379>

Tratou-se duma alteração de nome, mas não de conteúdos. A proposta de Isabel Castro Henriques era trabalhar a História a partir dos acontecimentos que aconteceram no interior de África. Compreender de que modo as culturas locais existiram, como se organizavam, como enfrentaram o colonialismo e como a ele resistiram. A opção era a de estudar a história a partir do seu locus.

A opção epistemológica implicava naturalmente a renovação das metodologias. Onde não havia documentos, era necessário estudar a partir das fontes orais. A arte africana implicava entender os sistemas de pensamento africanos. O modo de organização do espaço, físico e social, implicava conhecer as formas africanas de relação social. A história renovava-se pelo diálogo com outras disciplinas do saber.

Nessa altura ainda se debatia, entre os lentes da Faculdade de Letras, se havia uma "história em África", pois a não existência de escrita assim o exigia, ao qual se contrapunham estas novas metodologias e as novas problemáticas. A escravatura é uma das novas problemáticas. A escravatura não apenas como um comércio, mas sobretudo a escravatura como um modo de organização do real, que implicava a desumanização do ser e a sua transformação em mercadoria. A história de África permitia compreender que a narrativa sobre esse tal império que os portugueses criaram para construir um novo mundo messiânico, tinha sido afinal uma tragédia para os povos dominados e para os seus dominadores.

Do ponto de vista da historiografia conservadora a História de África não tinha lugar como objeto epistémico. A ausência dos africanos como sujeitos epistémicos foi uma forma de silenciamento do outro e de outras narrativas. 10 anos depois de Abril, na altura em que Portugal entra na CEE predominava na sociedade portuguesa uma visão excludente dos outros na sua História. A memória da escravatura era silenciada no seu significado como integrando a consciência coletiva. Continua a sê-lo no presente<sup>5</sup>.

O mérito do trabalho de José Capela foi o de trabalhar sobre fenómeno da escravatura na perspetiva dum fenómeno histórico. Não foi naturalmente um caso único. O fenómeno da escravatura esteve presente no pensamento historiográfico em língua portuguesa. António Carreira com o seu "tráfico Português de Escravos", publicado em 1979 pela Junta de Investigação do Ultramar era um livro de referência, sobretudo para o estudo das relações comerciais no Atlântico Sul. Também do Brasil. José Ramos Tinhorão<sup>6</sup> que escreveu em 1988 "Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa", publicado pela Editorial Caminho, se tornou um trabalho pioneiro pela sua

---

<sup>5</sup> Veja-se por exemplo a iniciativa "Testemunhos da Escravatura: Memória Africana" feita em Lisboa no âmbito da Capital Ibero-americana de Cultura (2017). [www.testemunhosdaescravatura.pt](http://www.testemunhosdaescravatura.pt)

<sup>6</sup> <http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo-a-z>

proposta de trabalhar as influências dos africanos na cultura portuguesa, nomeadamente na música e nas festividades.

O tema da escravatura será posteriormente objeto de vários trabalhos de pesquisa, em grande parte impulsionados por Isabel Castro Henriques no seu Centro de Estudos Africanos na Faculdade de Letras, reunindo para além da história a literatura. A esse facto não terá sido alheio a influência de Alfredo Margarido (1928 - 2010)<sup>7</sup> que nos anos cinquenta havia frequentado a casa dos estudantes do Império e que a partir de Paris escrevia sobre a emergência da literatura em língua portuguesa nas novas nações africanas<sup>8</sup>.

Dessa altura, em síntese, o trabalho sobre a História da África permitiu-nos o acesso a várias dimensões de pensamento histórico, nas quais o trabalho de José Capela, sobre a escravatura foi um dos contributos. Por exemplo a distinção entre escravatura e tráfico negreiro e as questões dos processos de reconhecimento do outro foram duas questões que nos acompanharam ao longo do nosso percurso de pesquisa.

### **O tráfico de Escravos na Ilha de Moçambique**

A questão da escravatura, com o finalizar da licenciatura em História, perdeu relevância face as questões do reconhecimento do outro. Ainda a abordamos no âmbito dum pequeno trabalho no Mestrado em Estudos Africanos, que na sequência frequentamos no ISCSP em Lisboa, no qual procuramos olhar para a questão do seu impacto ao nível da organização interna das sociedades africanas. Pouca relevância terá tido, porque o perdemos, mas, em contrapartida a questão do reconhecimento do outro ganhou relevância.

Os trabalhos de Educação para o Desenvolvimento que então íamos desenvolvendo em Portugal com trabalho numa ONG de Desenvolvimento; os Mestrado em História da Educação, com base na análise da implementação dos sistemas educativos coloniais, nas colónias portuguesas durante o Estado Novo, permitiram ir desenvolvendo a questão do reconhecimento do outro.

Com a diluição da relevância do fenómeno da escravatura no nosso trabalho, a obra de José Capela torna-se mais distante, os livros ficam nas prateleiras empoeiradas da estante por cerca de duas dezenas de anos.

---

7

[www.bnportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=700:exposicao-alfredo-margarido-um-pensador-livre-e-critico-17-abr-31-maio&catid=162:2012&Itemid=733&lang=pt](http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=700:exposicao-alfredo-margarido-um-pensador-livre-e-critico-17-abr-31-maio&catid=162:2012&Itemid=733&lang=pt)

<sup>8</sup> Margarido, Alfredo (1980) Estudos sobre as Literaturas das Novas Nações Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo

Curiosamente, ou talvez não. As duas questões acabaram por se reencontrar no nosso trabalho de pesquisa para o doutoramento a partir de 2008. A Ilha de Moçambique constitui o cenário dessa aproximação.

A questão foi-se insinuando através da questão do silenciamento da presença africana nos museus portugueses. No âmbito do curso de doutoramento, já apensar no caso da Ilha de Moçambique, efetuamos um teste às metodologias de trabalho par análise da presença dos africanos e da cultura africana nos museus de Lisboa<sup>9</sup>.

Tratava-se dum pequeno exercício que partia da questão simples de interrogar se existia uma conformidade entre o discurso sobre a proximidade entre as culturas africanas e os seus contributos para a cultura portuguesa e as representações existentes nos museus de Lisboa. A resposta que então encontramos à questão que havíamos lançado foi a que existia um silenciamento sobre a herança africana nas representações desses museus. Um silenciamento que contrastava com a forte presença africana na cidade de Lisboa, seja na sua história, seja no seu presente, visível pela música, pela arte, pela gastronomia.

É certo que nessa altura também fomos influenciados pela publicação de Isabel Castro Henriques "*A Herança Africana em Portugal*"<sup>10</sup> e pelo achamento dum cemitério de escravos em Lagos, onde entre outras questões, se discutia o "duplo esquecimento" das populações africanas<sup>11</sup>. Duplamente esquecidas, da sua memória como escravos e como seres humanos, pois os achamentos foram feitos numa lixeira medieval da cidade. Mais tarde, no âmbito do Projeto da Unesco "*A Rota do Escravo*" acabaríamos por trabalhar sobre essa questão.

Com a problemática da memória, do esquecimento e do silenciamento das heranças africanas nos museus portugueses lançamo-nos no trabalho de campo em Moçambique. Na bagagem levávamos o livro de Paul Ricoeur "*A História, A Memória e o Esquecimento*"<sup>12</sup> um livro que nos levava às problemáticas do "eikon"<sup>13</sup> sobre o qual procurávamos refletir.

---

<sup>9</sup> Leite, Pedro Pereira. (2011). "A imagem dos Africanos nos Museus de Lisboa", in Atas do XI CONLAB, UFBA in [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2966/1308069142\\_ARQUIVO\\_AImagemdosAfricanosnosMuseusdeLisboa-texto.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2966/1308069142_ARQUIVO_AImagemdosAfricanosnosMuseusdeLisboa-texto.pdf?sequence=1)

<sup>10</sup> Henriques, Isabel Castro (2007). *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT. Ver resenha em:

<http://www.redalyc.org/pdf/770/77019782008.pdf>

<sup>11</sup> <https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/>

<sup>12</sup> Ricoeur, Paul (2008). *A História, A Memória e o Esquecimento*, São Paulo, UNICAMP

<sup>13</sup> O eikon é uma problemática grega sobre a representação (a imagem). A questão ganhou relevância nos anos 90 com os trabalhos de Ricoeur e de Marc Augé sobre

Após uma passagem por Maputo e por parte do País, onde identificamos os museus a analisamos as representações das memórias e heranças neles existentes, instalamos na Ilha de Moçambique, com uma agenda de investigação que procurava entender a Memória coletiva da Ilha, como fundamento dum processo museológico.

O Doutoramento que fizemos em Museologia foi feito numa prespetiva da sociomuseologia<sup>14</sup>, ou museologia social como se expressa no Brasil. A primeira preocupação foi o reconhecer o espaço e a comunidade. Logo pela manhã fazíamos entrevistas, visitávamos locais de interesse. Recolhíamos memórias. Da parte da tarde, pela hora do calor dedicava um par de horas à escrita do Diário de Investigação. Ao fim da tarde um pequeno passeio ao fim da tarde para colocar a conversa em dia e regresso às leituras.

Logo nos primeiros dias da estadia, na Livraria –Café dos Arcos, encontramos na montra o Livro de José Capela "*O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique*". Já o tínhamos visto em Lisboa, mas não havíamos lido, afastado que estávamos da problemática. Peguei nele. Custou-me 2.800 meticais, ao câmbio da época cerca de 50€. Era caro. Mas na Ilha de Moçambique comprar livros era um luxo. Lembro-me de o ler deliciado numa quitanda ensombrada, embalado pelos ventos do Índico.

Foi uma rara e estranha experiencia este meu reencontro com José Capela. O seu labor meticoloso e rigor de pesquisa transpareciam no livro. Tinha visitado arquivos de três continentes. Lisboa, Rio de Janeiro, Maputo. Uma triangulação que lhe deu uma amplitude vastíssima. Foi um trabalho de quase uma vida. Uma tese que teria sido defendida sem dúvida com brilhantismo na academia. Mas não foi só o seu rigor que me foi útil. Foi sobretudo o encantamento que se me produziu.

Esta é a exata palavra que designa: encantamento. Encantamento porque raras vezes temos oportunidade de ler sobre um objeto histórico no lugar desse objeto. De entender o peso do tempo nesse objeto. De encontrar uma conformidade entre a escrita e o lugar. Quando percorria as ruas e olhava o espaço. Quando olhava para as pedras da fortaleza de São

---

os Lugares de Esquecimento, em contrapartida aos Lugares de Memória de Pierre Norá.

<sup>14</sup> Não cabe nesta trabalho detalharmos o percurso académico. O seu centro de reflexão é sobre a Influência de José Capela no nosso trabalho. Cabe todavia explicitar que ainda procuramos centrar o nosso trabalho de doutoramento na área da História, tendo desenvolvido vários anos de investigação numa comunidade mineira no vale do Sado em Portugal. A necessidade de resolução de algumas questões na relação entre o espaço museológico onde trabalhamos e a comunidade, levou-nos a procurar a museologia social. Aí verificamos que existe uma diferença entre as problemáticas da História e da Memória Social. Ainda que sejam por vezes convergentes nos objetos de estudo, divergem no tempo. Paul Ricoeur, no livro citado dá algumas ideias sobre a resolução desta questão, quando aborda o cronos e o kairós.

Sebastião, ou para os portões da Casa dos Arcos, não podiam deixar de entender que dentro dessas pedras ecoava também o grito do sofrimento dos cativos. Daqueles que se viram privados da sua condição humana e lançados pelos caminhos do mundo, trocados como mercadorias, para criar riqueza num mundo colonial.

Nas igrejas da ilha os nomes dos negreiros saltavam à vista. Tomáz Gonzaga, poeta da inconfidência mineira, exilado na Ilha como punição pelo seu gesto libertador no Brasil, torna-se negreiro por casamento em Moçambique.

Era afinal bisavô de dona F., que gentilmente nos falou das memórias da ilha e da sua família. Radicados há centenas de anos, as famílias da ilha herdeiros dos protagonistas destas histórias. As suas memórias são tensas. Há silêncios e esquecimentos na memória negreira. Silêncios sobre a memória colonial. Esquecimentos que estão presentes nos corpos e nas histórias, mas não se falam. Aí tive a clara percepção dos limites da história. Da sua escrita pelo menos.

A leitura do livro de Capela e o fato de levar a problemática da memória como agenda de investigação fariam prever que encontrasse localmente abundante material para trabalhar. No entanto o nosso projeto saiu gorado, e a análise do fenómeno da escravatura acabou por não ter relevância na nossa tese.

Em parte, porque na memória local, onde muitos são herdeiros de escravistas, a escravatura é um fenómeno conflitual, e na altura não tivemos nem o génio, nem a possibilidade de com ela trabalhar. De outro lado, por parte das populações africanas, o fenómeno do tráfico negreiro é uma memória cultural, isto é está fora da experiência vivida pelas três últimas gerações, apenas sendo acedida por via dos lugares de memória, de que o "Jardim da Memória" é um exemplo. Ainda como corolário de tudo isso, a escravatura, enquanto fenómeno social é uma realidade presente nos dias de hoje no mundo Índico, o que torna o trabalho de pesquisa sobre essa questão bastante mais complexo.

A questão da vivência da memória da escravatura na Ilha encontra no Jardim da Memória<sup>15</sup> um exemplo paradigmático, tal com o é as comemorações do dia do fim da Escravatura a 23 de agosto. O Jardim da Memória é um projeto da UNESCO, executada no Mundo Índico através do programa "A rota dos Escravos", construído pelos franceses num antigo

---

<sup>15</sup> Sobre o Jardim da Escravatura veja-se [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097\\_JardimdaMemoria.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097_JardimdaMemoria.pdf)

armazém portuário. Trata-se de uma memória externa à ilha, que ninguém da ilha quis marcar, e por isso apenas tem um uso turístico.

A sua conceção é feita com base numa apresentação em três círculos permanecem como a ilustração da memória em conflito. O mundo interno da ilha, o mundo africano no Índico e o mundo global. Trata-se dum equipamento onde o trabalho sobre os fragmentos do passado demonstra os impasses no entendimento do presente. No trabalho que então efetuamos, para além do impacto visual do equipamento, talvez influenciados pela leitura do livro de José Capela, o Jardim pareceu-nos, na nossa análise à época um programa feito a partir de fora dos interesses da comunidade. Um programa onde a História é usada como como tribunal para criar uma narrativa e uma explicação de eventos, através da qual é feita uma resinificação.

Capela, no seu livro, trabalha sobre os acontecimentos. Trabalha sobre uma memória controversa, mas apresenta-a como um conjunto de ações realizadas de forma consciente por homens e mulheres dum dado tempo, que recolheram por isso benefícios. Sem deixar de transparecer que se tratou duma operação que anulava condição e a dignidade humana, procurava ver essa problemática através de diferentes ângulos, apoiado em registos. O Jardim da memória apresentava uma memória "suave" sem questionamento. A nossa agenda de investigação não estava ainda preparada para trabalhar plenamente sobre isso.

Na nossa leitura sobre o livro de Capela, e de termos procurado, através de metodologias de história oral, encontrar a memória vivida, permitiu-nos encontrar os limites desta obra de Capela, condição para se avançar na investigação. Por exemplo, neste livro sobre o Tráfico de Escravos, não usa a memória oral. Nem tinha que usar. Delimitou o seu objeto de investigação entre 1733 e 1903. O século XVIII quando a reforma administrativa autonomiza a província do Vice-reinado da Índia, recentrando em Lisboa a administração Ultramarina; e o período de início da ocupação sistemática de Moçambique., baliza um corpo documental administrativo. O tráfico é algo que ultrapassa longamente as datas da abolição, as fronteiras administrativas e as crenças lusotropicalistas sobre a bondade do colonialismo português.

O encontrar os limites duma obra é um desafio que é aliciante. Só os podemos compreender a partir dessa obra. Esse foi um mérito de José Capela me permitiu aceder, mas num encontro com limites fluídos. Confessor que passei algum tempo a procurar alternativas para os ultrapassar.

A questão da história oral, e a sua aplicação metodológica, que procurava “compreender o chão que pisamos”<sup>16</sup>, não foi fácil. Por isso, na escrita da tese optamos por terrenos mais familiares. Estávamos na Ilha, mas construir um diálogo não com a comunidade sobre uma questão controversa não era fácil. Como já acima enunciamos trata-se duma memória conflitual e distante. Como nos disseram “*A escravatura deixou muitas memórias. Quase todos os escravos vinham de outras partes. Vinham lá do interior. A Ilha é um ponto de transporte. Eles vinham lá do interior para o Mossuril. Não há distinção entre a ilha e o Mossuril. Aqui eles partiam. Só cá ficavam os mudos. Aqueles que não tinham condições para trabalhar. Os rejeitados. Lá na estrada ao pé do Celeiro há “armazém”. Quer dizer: era um “armazém” um entre aspas para guardar pessoas. Também no vale do Makuti havia um local. Uma casa velha. Mas já não há nada para ver porque as pessoas construíram dentro as suas casas. Também na Casa do Luís de Camões havia uma feitoria de escravos*” (entrevista a L., 2009), afirma-nos uma jovem quadro, licenciada em história, a regressar á sua terra para início de carreira profissional como professora.

E ao tentarmos aprofundar um pouco mais esta memória, rapidamente os interlocutores remetem para trabalhos especializados, o que evidencia uma relação distante com o fenómeno. Uma memória cultural. “*São fontes orais e de alguém que estudou. O Dr. Luís Filipe apontou várias feitorias na Ilha de Moçambique. As pessoas mais velhas também se lembram disso. A escravatura continuou em 1920 até 1940. Muitos dos mais velhos ainda se lembram disso. Utilizava-se o trabalho forçado. A construção da fortaleza, por exemplo, foi feita com mão-de-obra escrava aqui de Moçambique*”.

Uma memória tensa que procura equilibrar-se “*A escravatura foi muito penosa. Mas pudemos tirar algum proveito. As ilhas do Índico são ilhas onde encontramos a nossa cultura. São povos que se formaram da escravatura. Os escravos acabaram por se transformar em famílias e a nossa cultura acabou por se espalhar pelo mundo fora. Eles falam macua como nós. A colonização também tem aspetos positivos. Esta é a nossa história. A história de um povo*” (L., 2009).

O fenómeno da escravatura estudado por Capela deixa claro que entre o século XVII, XVIII e XIX, o comércio, dos escravos e dos produtos do sertão foram a principal fonte de receitas da alfândega de Moçambique. Os escravos enviados para o Brasil, e de seguida para as Ilhas Reunião foram uma atividade florescente durante centenas de anos. A riqueza da ilha, a sua construção é em grande parte resultado da atividade negreira. Sabemos, através dos registos que Capela publicou, que o tráfico de escravos, embora formalmente proibido, continuou de forma informal até ao princípio do século XX, onde ainda se julgavam indivíduos pela prática de comércio de escravos.

---

<sup>16</sup> Usamos aqui a referência à historiografia anglo-saxónica de Paul Thompson cristalizada na expressão “Dig wher we Stand” (que traduzimos por Escavar onde estamos)

Basta uma breve comparação entre os nomes dos traficantes de escravos, referenciados nas investigações de Capela com os nomes inscritos nas lápides conservadas nas igrejas cristãs da ilha, para entender que os abastados negociantes benfeitores eram os mais importantes traficantes da colónia. O silêncio cúmplice sobre este assunto que todos os interlocutores nos prendaram, e que em certa medida inviabilizou o nosso trabalho, não resulta tanto da falta de conhecimento sobre o fenómeno, mas sobretudo pelo incómodo mnemónico que a questão gera. O esquecimento é neste caso uma prática de memória, ou se preferirmos como uma Política de Memória. É necessário não esquecer que a questão da escravatura foi um instrumento político, de dominação do outro e uma narrativa do poder. As políticas de memória são construídas com objetivos políticos e os fenómenos históricos estão longe de serem meros eventos inocentes que ocorrem no tempo e no espaço. José Capela, na sua história do Tráfico Negreiro em Moçambique não deixa de revelar essa consciência do presente. Essa foi mais uma lição que aprendi com Capela.

Das diferentes e variadas lições que estou devedor a Artur Soares Martins aquela que me interessa relevar é a do seu contributo para a construção dum kairós na historiografia portuguesa.

A dimensão do tempo presente é como sabemos a melhor definição do tempo kairótico. O aqui e agora, onde tudo se joga, onde a decisão se inscreve. É certo que há uma dimensão cronológica no tempo, com a sucessão de fatos que se encadeiam de forma interligada. Na conjugação entre o Crónos e o Kaiorós afirma-se a liberdade. O livre-arbítrio, na sua dimensão agostiniana, que permite ao individuo inscrever a sua ação no movimento coletiva da história. De a influenciar através da sua leitura do mundo, dos limites da sua ação e da sua capacidade de se interligar com a ação coletiva.

A historiografia portuguesa, que não cabe aqui analisar, grosso modo desenvolve-se a partir dos trabalhos de Herculano, no século XIX. Antes de Herculano, escreviam-se essencialmente crónicas de reis, como bem salientou Barradas de Cravalho<sup>17</sup>. Se as crónicas eram histórias de reis, ainda que a Monarquia Lusitana de Frei Bernardo de Brito procurasse alicerçar a especificidade autóctone do mítico povo Lusitano, civilizado pelos romanos no sudoeste peninsular, Herculano faz história como "ciência" a partir da análise dos documentos. A sua *Portugalia Monumenta Histórica* disso testemunha, ainda que fundamentalmente alicerçado numa dada ideia de medievalidade e da força dos concelhos como especificidade do território.

---

<sup>17</sup> Carvalho, Joaquim Barradas (1977) Da História Crónica à História Ciência, Lisboa, Livros horizonte

A partir daí, e essa é a questão que nos interessa salientar, a História de Portugal passa a ser uma História Nacional. Coelho da Rocha ou Pinheiro Chagas, e o prolixo Oliveira Martins escrevem as primeiras sínteses da história da Nação. Escreveram-nas empenhados em projetos políticos de afirmação da Nação. Fundamentos étnicos de fusão entre lusitanos e romanos, fundamentos religiosos messiânicos a recordar a herança judaica, fundamentos linguísticos, foram afinal argumentos com que a história romântica se foi afirmando na esteira do grande Michelet e Von Ranke. A república partilhará dessa herança, envolvida que esteve nos processos da missão civilizadora. O Estado Novo inaugura uma narrativa histórica profundamente influenciada pelos medievalistas franceses, com base nos heróis envolvidos em missões transcendentais. A leitura da gesta marítima era vista como uma continuidade das cruzadas. Mas, este é uma questão relevante, a história era coisa do passado. Raramente se estudavam os tempos presentes. O presente era visto como um espelho do passado, onde a ação se deveria basear na tradição. Como uma via única onde a autonomia do eu e do outro se dilui na narrativa sacralizada colocada fora do tempo, fora da qual não havia História.

Essa foi uma das ruturas que José Capela fez, procurando escutar a voz do outro, procurando no presente os vestígios dos fenómenos do passado. Um passado que não era já visto como uma sucessão de gestos heroicos com o fim de atingir a libertação do espírito, mas como processos que opções que chegam ao presente e que o influenciaram. Sem os reconhecer não se estava em condições de tomar decisões sobre o futuro.

É certo que Capela não terá escrito isto. Esta é uma visão muito pessoal sobre a obra deste autor para aquilo que vou escrevendo. Nos registos autobiográficos sempre impreciso pensar a extensão dos contributos dos outros.

### **A história e a poética do saber**

Reconhecer o contributo de Capela para a forma como olhei para o fenómeno da Ilha de Moçambique, sobretudo para aquilo a que temos vindo a nomear o seu Kairós não invalida o contributo de outros autores que trabalharam a partir dos processos do reconhecimento do outro.

Na questão a problemática da Ilha de Moçambique estava presente a questão da escravatura como um fenómeno do passado que transportava uma memória controversa, como também estavam presentes memórias carregadas de tensões. A Memória dos Portugueses, por exemplo, que fizeram da Ilha do Índico um hotel para os comandos da guerra colonial, ou a memória tensa entre moçambicanidade e luso-tropicalismo.

Neste último domínio, Alfredo Margarido foi um instrumento útil. A leitura do seu livro "Lusofonia e os novos Mitos Lusófonos"<sup>18</sup> permitiu entender melhor as memórias controversas e as narrativas que nela estão presentes. Não interessa agora detalhar a invenção conceitual que a palavra Lusofonia transporta.

Em linhas breves, porque aqui interessa-nos refletir sobre o contributo de José Capelas para o nosso trabalho, na Faculdade de Letras na disciplina de História de África que Isabel Castro Henriques lecionava, abordava-se uma leitura crítica da expansão portuguesa e o processo da construção da imagem do outro. Mais tarde, através dos trabalhos de Alfredo Margarido, compreendi que estas lições de Castro Henriques tinham esse autor como inspiração. Disse Margarido em síntese que a gesta ultramarina foi, num primeiro momento, baseada no pensamento medieval da Cruzada. Isso legitimou o domínio e genocídio epistémico do outro através da espada e da cruz. Havia naturalmente outras abordagens, como por exemplo do Jesuíta Bartolomeu de Las Casas. Mas sabemos que esses escritos ficaram a marginais no pensamento da época. A ausência de alma nos gentios era o que permitia a sua redução à condição de escravo. Mais grave ainda, o que permitiu a sua passagem como coisa mercadoria, como algo passível de apropriação e troca.

Com o final da escravatura, a estrutura de legitimação ideológica, como se dizia na época, passou a ser da *Missão Civilizadora*. O final do século XIX e o período Republicano usou-se o processo de legitimação do domínio do outro, do seu corpo e do seu pensamento, através do princípio de levar a civilização ao outro. Um processo de dominação que nega a sua identidade e anula a sua memória.

O terceiro movimento desta ideologia colonial de invisibilidade de outro emerge com o advento dos movimentos de libertação africanos. Como os direitos históricos e dos deveres de civilizar deixaram de ter aceitação como estrutura de dominação substituídos pela emergência dos princípios da autodeterminação e das ideias do Desenvolvimento, o Estado Novo, ensaia a legitimação através do Luso-tropicalismo. O luso tropicalismo, é célebre teoria do sociólogo Brasileiro Gilberto Freyre<sup>19</sup> que defendia uma especificidade do modo português de estar no mundo<sup>20</sup>, com base a sua suposta aptidão de se miscigenar, e com isso criar novas formas de estar.

---

<sup>18</sup> Margarido, Alfredo (2002). *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

<sup>19</sup> Freyre, Gilberto (1933/1964). *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa Livros do Brasil.

<sup>20</sup> Título de tese de Cláudia Castelo (1999). *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*:Porto, Edições Afrontamento.

Escrita a partir da experiência brasileira, Freyre é convidado a visitar o Império Português, criando argumentos para legitimar essa ideia, que mais não visava negar, mais uma vez, a identidade e a memória do outro, ao mesmo tempo que procurava encontrar uma folga na pressão mundial que se começava a sentir para que Portugal descolonizasse os seus territórios africanos.

A Ilha de Moçambique foi um dos lugares visitados por Freyre, relatado na sua "aventura e rotina"<sup>21</sup> o que explica algumas das tensões que a memória da ilha transporta, sobretudo para os portugueses que a visitam. Mas isso é apenas uma nota sobre este processo de mitificação da portugalidade e da sua impossibilidade de reconhecimento do outro.

Margarido, depois de desmontado o mito do luso-tropicalismo, alerta para a possibilidade do conceito de Lusofonia poder traduzir a intenção de recuperação do império perdido, agora com base na língua. O principal argumento sobre a ideia de lusofonia é a que apenas pode ser útil se nele souber incluir os lugares de enunciação. Os diferentes lugares dos outros, das suas memórias e formas de interagir. Ora o lugar de enunciação foi o que Capela soube dar voz nos seus trabalhos iniciais sobre Moçambique, nomeadamente o "*Moçambique pela voz do seu povo*"

A ideia de Lusofonia, criada nos anos noventa, talvez inspirada nas políticas francesas da língua, surge pela mão de Santos Neves, então reitor da Universidade Lusófona, como um projeto aglutinador do mundo de expressão portuguesa.<sup>22</sup> Com efeito muitos encontram nesta expressão, criada no espaço intelectual do centro do antigo império uma alternativa à Língua ou Expressão Portuguesa. É contra isso que Margarido se levanta, contra essa esperança de reconstruir um país unido pelo atlântico, com base num mito messiânico no qual o lastro da história colonial, violenta e de dominação é esquecida.

Lusofonia é um conceito inventado pelos académicos, que etimologicamente significa a fala lusa, que como se sabe não existe. Poderá ser um equívoco ou uma criação de intelectuais e políticos com determinadas intenções. Mas sabemos existe efetivamente um mundo onde se fala português. Fala-se por escolhas políticas, que nos casos dos novos países africanos, foi uma escolha da sua independência política, como forma de aglutinar os territórios, habitados por várias nações e línguas, algumas delas transfronteiriças. Tratou-se pois duma opção da praxis política que chega até nós. Como poderia, por exemplo, ser atingida a alfabetização e concretizada a educação para todos que as Independências pressupunham

---

<sup>21</sup> Freire, Gilberto (1954). Lisboa, Livraria Bertrand

<sup>22</sup> NEVES, Fernando Santos (2002) *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas

no seu contexto, sem um corpo de educadores e de recursos preparados para o efeito. Recursos esses que existiam em português.

Talvez por isso se vejam tão poucos a defender a Lusofonia fora do retângulo europeu. Contudo, como nota Margarido há palavras conceitos que são úteis para construir em conjunto, políticas de línguas e políticas culturais. Margarido não olha para a Lusofonia como um espaço, mas como um lugar de enunciação: Uma Lusotopia<sup>23</sup> e é com essa preocupação que Margarido a defende. Como um Lusotopia como referencia duma geocultura<sup>24</sup> o que é em si uma questão de tensão e complexidade,

Do ponto de vista histórico, a palavra transporta uma ideia de resistência cultural pela língua (que herda dos processos de diferenciação das línguas peninsulares), ao mesmo tempo que levanta a questão da possibilidade de emancipação pós colonial a partir da enunciação e do reconhecimento da diversidade dos outros. A complexidade passa pelo reconhecimento dum tempo de um passado conflituoso. Um passado que influi sobre o presente a partir do qual se abrem oportunidades de relações, que podem ser iguais e mutuamente vantajosas se ultrapassarem os traumas e os silenciamentos. Nesse sentido Lusotopia poderá ter alguma utilidade como ferramenta de justiça cognitiva do mundo.

### **José Capela e a questão da verdade e do reconhecimento do outro a partir do lugar de enunciação.**

Como conclusão desta reflexão autobiográfica do contributo de José Capela para a construção da minha leitura de Memória e Esquecimento importa acentuar o debate que tenho vindo a fazer sobre o lugar da verdade nas narrativas da memória.

Já acima evidenciamos a distinção entre história e memória coletiva, feita por Pierre Nora<sup>25</sup> em "Lugares de Memória". Como Nora deu conta, há nos seus elementos constitutivos matérias comuns. Fatos que advém do passado, que funcionam como uma espécie de interação (jogo de espelhos) em que a relevância (vontade de memória) conduzem a uma intenção de lembrança, que a História não pode ignorar.

A fixação da relevância dos acontecimentos do passado constitui-se como algo de comum, que conduz a dois caminhos que, em termos de pensamento científico se diferenciam: Nos trabalhos história pela hermenêutica sobre os documentos que é uma ferramenta de crítica indispensável, e que conduz a uma narrativa; nos trabalhos sobre a

---

<sup>23</sup> Sobre esta questão veja-se <https://lusotopias.wordpress.com/>

<sup>24</sup> Leite, Pedro Pereira (2013). Lusotopia e Geocultura, in "Lusotopia - Revista de Geocultura, nº 0 <https://lusotopias.wordpress.com/>

<sup>25</sup> Nora, Pierre (1977). "Lugares de Memoria" in Le Golf. (1977). A Nova História, 1, Lisboa, Edições 70.

memória social, a crítica da memória coletiva é um trabalho mais complexo na medida em que a sua hermenêutica é simultaneamente um dado, que pode ser analisado, e o processo onde a memória se concretiza.

A história constitui-se como a construção duma narrativa de sentido, ou melhor um enunciado construído a partir de diferentes vozes coletivas, enunciadas em determinados momentos, em determinados contextos. Trata-se de uma verdade. Contudo, como essa narrativa foi construída sobre um passado, ainda que esse passado seja coletivo, ela não deixa de ser apenas uma narrativa. A sua verdade dependerá sobretudo da sua adequação ao contexto de cada presente, no momento é que ela se constitui como memória. O desafio que a História enfrenta em entender e integrar a diversidade nas suas narrativas.

A publicação em 1974 de "Moçambique pela voz do seu Povo", por José Capela foi, para o nosso trabalho, e independentemente do seu mérito como documento de investigação histórica, uma chave que nos levou a entender a construção de outras narrativas. Tratou-se duma narrativa que é construída a partir do reconhecimento do outro e que me permitiu tomar consciência sobre a relevância do lugar dos enunciados no âmbito duma ciência social que procura construir a emancipação social com base na participação dos próprios sujeitos. Uma herança que fico a partir do trabalho de José Capela

## **Bibliografia**

### *Obras de José Capela*

- O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas Colónias : as ideias coloniais de Marcelo Caetano. Porto : Afrontamento, 1977.
- Escravatura / José Capela. Porto : Afrontamento, 1974.
- A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900) / José Capela. Porto : Afrontamento, 1975.
- O vinho para o preto / José Capela. Porto : Afrontamento, 1973.
- Moçambique pelo seu povo / José Capela. 3a ed. Porto : Afrontamento, 1974.
- Donas, senhores e escravos / José Capela. Porto : Afrontamento, 1996. ISBN 972-36-0397-
- O escravismo colonial em Moçambique / José Capela. Porto : Afrontamento, 1993.
- O tráfico de escravos nos portos de Moçambique : 1733-1904 / José Capela. Porto : Afrontamento, 2002.
- Conde de Ferreira & C.a : traficantes de escravos / José Capela. Porto : Afrontamento, 2012.

### *Outra obras*

- Augé, Marc (2001). Les formes de l'oubli. Paris: Éditions Payot et

- Rivages.
- Carvalho, Joaquim Barradas (1977) *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa, Livros horizonte
  - Castelo, Cláudia (1999). *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*:Porto, Edições Afrontamento.
  - Delory-Momberger, Christine. *Formação e socialização. Os ateliês biográficos de projeto. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, 2006*
  - Farroti, Franco, (1991). "Sobre a autonomia do método biográfico", in *Sociologia: Problemas e Práticas, nº 9, 1991, pp 171-177*
  - Freire, Gilberto (1954). *Aventura e Rotina* Lisboa, Livraria Bertrand
  - Freyre, Gilberto (1933/1964 ). *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa Livros do Brasil.
  - HONNET, Axel (2011). *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70.
  - Lechner, Elsa, (2009). "História de Vida: Olhares Interdisciplinares" Porto, Afrontamento
  - Leite, Pedro Pereira (2011). *Casa Muss-amb-ike: O compromisso no processo museológico, Ilha de Moçambique, Marca D'Água*
  - Leite, Pedro Pereira (2011). *Olhares Biográficos, A Poética da intersubjetividade em museologia, Lisboa/Ilha de Moçambique, Marca D'Água, 61 páginas*
  - Leite, Pedro Pereira (2013). *Lusotopia e Geocultura*, in "Lusotopia – Revista de Geocultura, nº 1
  - Margarido, Alfredo (2002). *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
  - NEVES, Fernando Santos (2002) *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas
  - Nora, Pierre (1977). "Lugares de Memória" in *Le Golf, Jacques (1977). A Nova História, 1, Lisboa, Edições 70.*
  - RICOEUR, Paul (2007). *História, Memória e Esquecimento*, Campinas, UNICAMP
  - Santos, Boaventura de Sousa. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 59 páginas.
  - Thompson, Paul (1993). *The Voice of the Past*, London, Oxford University Press